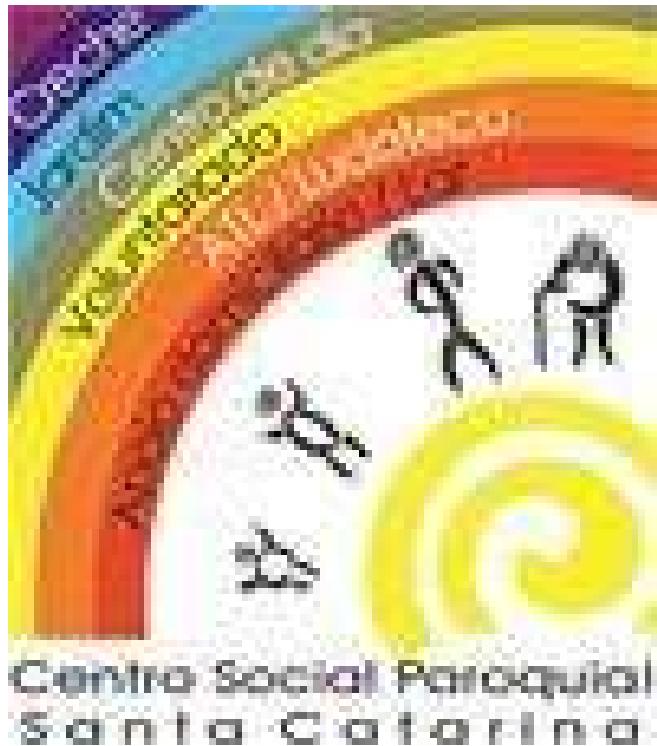


**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE
SANTA CATARINA**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCIERO SNC

– ESNL

Anexo

31 de Dezembro de 2023



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	10
7	Réido.....	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
9	Benefícios dos empregados.....	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Clientes e Utentes.....	13
11.2	Outras contas a receber.....	13
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais	14
11.5	Fornecedores	14
11.6	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.7	Outras Contas a Pagar	15
11.8	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.9	Fornecimentos e serviços externos	16
11.10	Outros rendimentos.....	16
11.11	Outros gastos	17
11.12	Resultados Financeiros	17
11.13	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF – 501 330 755 e o NISS – 20004940117 e sede em Estrada Nacional, Nº 360 – Santa Catarina – 2500 -768 Santa Catarina, freguesia de Santa Catarina concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-1981. A sua atividade principal é Outras Atividades de Apoio Social para Pessoas Idosas com alojamento, (CAE- 87301); como atividades secundárias: Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101), Educação Pré-Escolar (CAE- 85100); Atividades de Cuidados para Crianças, sem Alojamento (CAE- 88910); e Outras Atividades de Serviços de Refeições, (CAE- 56290) O C. SOC.PAROQUIAL ST CATARINA opera na freguesia de Santa Catarina.

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer, ao Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial de Santa Catarina.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo seu custo.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.209					8.209
Edifícios e outras construções	2.444.484	6.085				2.450.569
Equipamento básico	514.944	33.366				548.310
Equipamento de transporte	226.555	56.151				282.706
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	53.314	1.623				54.937
Outros Ativos fixos tangíveis	15.751					15.751
Total	3.263.257	97.224				3.360.482
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	850.217	36.032				886.249
Equipamento básico	353.029	23.040				376.069
Equipamento de transporte	207.605	4.140				211.745
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	51.156	1.983				53.139
Outros Ativos fixos tangíveis	15.751					15.751
Total	1.477.757	65.196	0,00	147.109	0,00	1.542.953

	2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.209					8.209
Edifícios e outras construções	2.571.914	909		-128.339		2.444.484
Equipamento básico	357.561	5.678		151.705		514.944
Equipamento de transporte	204.622			21.933		226.555
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	52.611	2.518		-1.815		53.314
Outros Ativos fixos tangíveis	51.935			-36.184		15.751
Total	3.246.852	9.105				3.263.257
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	945.811	36.032		131.626		850.217
Equipamento básico	317.513	35.516				353.029
Equipamento de transporte	196.067	11.043				207.605
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	52.033	360		1.237		51.156
Outros Ativos fixos tangíveis	29.996			14.245		15.751
Total	1.537.915		0,00	147.109		0,00
						1.477.757

6 Inventários

Em 31 de Dezembro 2022 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.271	158.630		2.231	176.236	58.820	3.651
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	2.271	158.630	0,00	2.231	176.236	58.820	3.651
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			158.670		115.994		
Variações nos inventários da produção							

7 Rérito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2023	2022
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	597.459	591.894
Quotizações e joias		
Serviços Secundários	38.538	36.497
Comparticipação Utentes		
Juros		
Royalties		
Dividendos		
Total	635.997	628.391

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2023	2022
ISS, IP		
	863.802	767.563
IEFP		
	38.389	66.522
Autarquias		
	39.822	6.464
Doações e Heranças		
Doações	12.521	11.167
Outras	37.209	28.913
Total	991.743	880.629

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 foi de 83 colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	973.605	816.690
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		5.615
Encargos sobre as Remunerações	223.527	180.930
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	34.356	22.079
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	11.416	10.786
Total	1.242.904	1.036.100

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	6.646	19.473
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	6.646	19.473

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

11.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0	66.558
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outras operações		
Outros Devedores		
Perdas por Imparidade		
Total	0	66.558

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	153	75
Depósitos à ordem	219.131	172.988
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	219.284	173.063

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	121.666			121.666
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1.081.597	51.127		1.132.724
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	652.783		18.533	634.250
Total	1.856.045		27.326	1.888.639

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	23.711	45.766
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
Total	23.711	45.766

11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.738	1.289
Outros Impostos e Taxas		
Total	3.738	
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.361	7.674
Segurança Social	20.670	21.904
Outros Impostos e Taxas		338
Total	24.031	29.916

11.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		146.947		138.919
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos				
Outros credores				
Total	0,00	146.947	0,00	138.919

11.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	863.802	767.563
Subsídios de outras entidades	78.211	85.246
Doações e heranças	49.730	27.820
Legados		
Total	991.743	880.629

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos		23.965
Serviços especializados	71.674	71.157
Materiais	32.703	32.740
Energia e fluidos	81.058	104.472
Deslocações, estadas e transportes	466	115
Serviços diversos	46.750	55.583
Encargos com Utentes		
Total	232.651	264.067

11.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	65	335
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos nos restantes activos financeiros	476	1.707
Rendimentos em investimentos não financeiros	2602	101
Outros rendimentos	42.074	32.300
Total	45.217	34.443

11.11 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	94	302
Descontos de pronto pagamento concedidos	2	
Incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros		
Gastos em investimentos não financeiros	2.766	
Outros Gastos	1.166	2.340
Total	4.028	2.642

11.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0.44	150
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	0.44	150
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	62.78	
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	62.78	
Resultados Financeiros		62.34

11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2023:**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO	
	Dez 2023	Dez 2022
Vendas e serviços prestados	635 996,64	628 390,91
Subsídios, doações e legados à exploração	991 742,93	880 628,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-115 994,00	-158 670,41
Fornecimentos e serviços externos	-232 651,34	-264 067,26
Gastos com o pessoal	-1 242 903,65	-1 036 099,54
Outros rendimentos	45 216,63	34 108,18
Outros gastos	-4 027,52	-2 648,05
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos	77 379,69	81 642,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-65 195,54	-57 673,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	12 184,15	23 969,23
Juros e rendimentos similares obtidos	62,78	335,40
Juros e gastos similares suportados	-0,44	-158,30
Resultado antes de impostos	12 246,49	24 146,33
Resultado líquido do período	12 246,49	24 146,33

Balanço a 31 de Dezembro de 2023:

RUBRICAS	DATAS	
	Dez 2023	Dez 2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1 837 094,94	1 809 043,18
Outros créditos e ativos não correntes	10 829,26	10 414,52
	1 847 924,20	1 819 457,70
Ativo corrente		
Inventários	3 651,01	2 230,50
Créditos a receber	22 022,51	105 167,90
Estado e outros entes públicos		1 288,88
Diferimentos	6 580,80	209,99
Caixa e depósitos bancários	219 283,27	173 062,92
	251 537,59	281 960,19
	Total do ativo	2 099 461,79
		2 101 417,89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	121 665,52	121 665,52
Resultados transitados	1 132 723,72	1 081 596,49
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	634 250,00	652 783,46
Resultado líquido do período	12 246,49	24 146,33
	Total dos fundos patrimoniais	1 900 885,73
		1 880 191,80
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	23 711,46	45 765,70
Estado e outros entes públicos	27 768,30	29 915,57
Outros passivos correntes	147 096,30	145 544,82
	198 576,06	221 226,09
	Total do passivo	198 576,06
		221 226,09
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 099 461,79
		2 101 417,89



Anexo às Demonstrações Financeiras a 31/12/2023

Demonstração de Resultados por respostas sociais a 31 de Dezembro de 2023

Centro Social Paroquial de Santa Catarina												
Exercício de: 2023 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR RESPOSTAS SOCIAIS												
SNC	Respostas Sociais	Creche	Pre-escolar	ATL	Centro Dia	A.D.	AD - Integrado	Centro Convivio	ERPI	Serv. Tributados	Bens Doados	Acumulado
		101	102	106	103	104	105	108	112		701	
72	Prest.Serviços	34 666,71 €	76 479,65 €	22 558,75 €	36 455,51 €	98 675,60 €	30 252,12 €	5 776,80 €	292 593,97 €	38 537,53 €		635 996,64 €
751	ISS IP Centros distritais	284 434,26 €	87 704,78 €	- €	36 431,01 €	169 586,43 €	66 875,02 €	10 204,38 €	208 565,64 €			863 801,52 €
752	Subsídio Outras entidade públicas	16 622,49 €	14 129,14 €	17 958,75 €	5 817,85 €	39 154,74 €	4 986,83 €	7 480,15 €	21 791,46 €			127 941,41 €
		335 723,46 €	178 313,57 €	40 517,50 €	78 704,37 €	307 416,77 €	102 113,97 €	23 461,33 €	522 951,07 €	38 537,53 €	- €	1 627 739,57 €
61	CMVMC	21 178,42 €	18 001,82 €	9 530,37 €	7 412,72 €	20 119,83 €	6 353,69 €	9 530,37 €	17 742,59 €	6 124,20 €		115 994,00 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos	37 674,78 €	32 441,43 €	22 478,49 €	17 542,18 €	39 177,88 €	17 967,53 €	20 711,03 €	41 767,50 €	2 890,52 €		232 651,34 €
63	Gastos com o pessoal	189 550,54 €	112 387,70 €	69 167,14 €	87 272,45 €	171 602,46 €	85 462,89 €	50 035,56 €	473 702,12 €	3 722,79 €		1 242 903,65 €
65+67+68	Outros gastos operacionais	786,74 €	673,45 €	371,23 €	295,66 €	749,00 €	257,89 €	371,23 €	522,29 €			4 027,52 €
64	Amortizações e ajustamentos	5 214,46 €	6 279,43 €	7 606,68 €	4 909,40 €	4 746,85 €	4 746,85 €	6 651,18 €	25 040,69 €			65 195,54 €
	Custos Operacionais (fixos)	254 404,94 €	169 783,84 €	109 153,91 €	117 432,41 €	236 396,02 €	114 788,85 €	87 299,37 €	558 775,19 €	12 737,51 €	- €	1 660 772,05 €
	Resultados Operacionais	81 318,52 €	8 529,73 €	68 636,41 €	- 38 728,04 €	71 020,75 €	12 674,88 €	63 838,04 €	35 824,12 €	25 800,02 €	- €	33 032,48 €
78+79	Proveitos financeiros	5 659,93 €	5 659,93 €	5 659,93 €	5 659,93 €	5 659,93 €	5 659,93 €	5 659,93 €	5 659,93 €			45 279,41 €
69	Gastos de financiamento	0,06 €	0,06 €	0,06 €	0,06 €	0,06 €	0,06 €	0,06 €	0,06 €			0,44 €
	Resultados financeiros	5 659,87 €	5 659,87 €	5 659,87 €	5 659,87 €	5 659,87 €	5 659,87 €	5 659,87 €	5 659,87 €	- €	- €	45 278,96 €
	Resultados antes de impostos	86 978,39 €	14 189,60 €	- 62 976,54 €	- 33 068,17 €	76 680,62 €	- 7 015,01 €	58 178,17 €	- 30 164,25 €	25 800,02 €	- €	12 246,49 €



Santa Catarina, 31 de Dezembro de 2023

O Contabilista certificado

A Direcção